

ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO

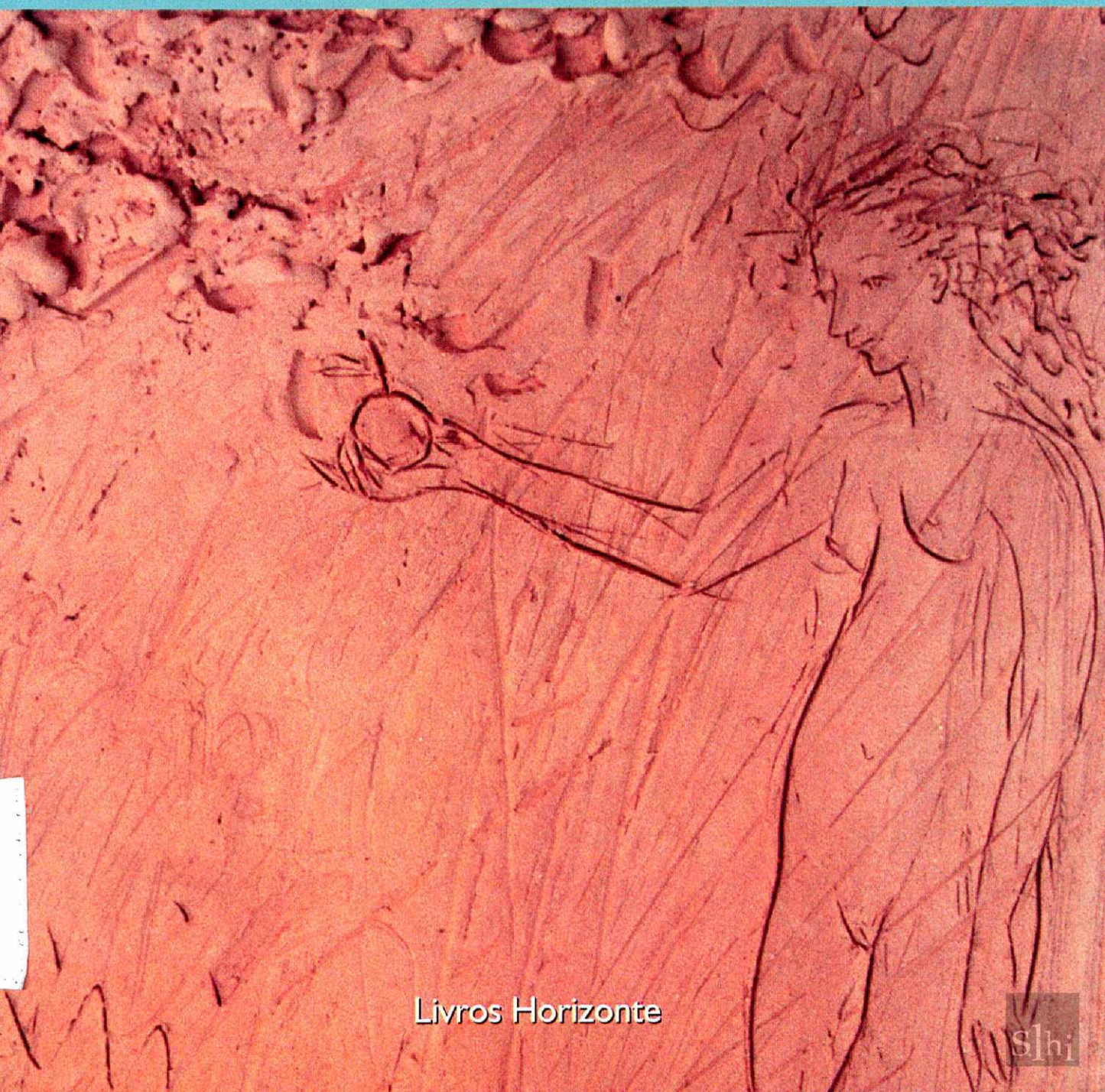
[direcção]

FALAR DE MULHERES

DA IGUALDADE À PARIDADE

[coordenação]

ANTÓNIO FERREIRA DE SOUSA / MARÍLIA FAVINHA



Livros Horizonte

Shi

DL 08. JUL 2003 42 278 06

ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO
(Direcção)
ANTÓNIO FERREIRA DE SOUSA
MARÍLIA FAVINHA
(Coordenação)

FALAR DE MULHERES

Da Igualdade à Paridade



Shi

FALAR DE MULHERES

DA IGUALDADE À PARIDADE

Colecção:

A Mulher e a Sociedade

Título:

Falar de Mulheres
Da Igualdade à Paridade

Autor:

Vários

Revisor:

João Vidigal

Capa:

Carlos Vieira Reis



© Livros Horizonte, 2003

ISBN 972-24-1267-1

Paginação/Fotolito:

Gráfica 99

Impressão:

Rolo & Filhos

Maio 2003

Dep. Legal n.º 195189/03



Reservados todos os direitos de publicação
total ou parcial para a língua portuguesa por
LIVROS HORIZONTE, LDA.
Rua das Chagas, 17-1.º Dt.º - 1200-106 LISBOA
E-mail: livros horizonte@mail.telepac.pt

Shi

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
<i>Zília Osório de Castro</i>	
FALAR DE MULHERES – O I CURSO	9
<i>António Ferreira de Sousa</i>	
HISTÓRIAS DE MULHERES	13
<i>Ana Vicente</i>	
LITERATURA DE AUTORIA FEMININA: UM PATRIMÓNIO DA PALAVRA A REINVENTAR	43
<i>Anabela Galhardo Couto</i>	
A CRIATIVIDADE FEMININA NAS ARTES PLÁSTICAS EM PORTUGAL	53
<i>Clara Menéres</i>	
FALAR DE MULHERES: SILÊNCIOS E MEMÓRIAS	63
<i>João Esteves</i>	
DA IGUALDADE À PARIDADE: OS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES NOS ESTADOS UNIDOS	85
<i>Joseph Abraham Levi</i>	
AS MULHERES FACE AOS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO	99
<i>Manuela Silva</i>	
A PARTILHA DO POLÍTICO – A PARIDADE	107
<i>Manuela Távares</i>	
FALAR DE MULHERES: DA IGUALDADE À PARIDADE	119
<i>Maria do Céu da Cunha Rêgo</i>	

A IGUALDADE DE GÉNERO NUMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL Breve Reflexão sobre o Discurso Político Institucional	131
<i>Maria Regina Tavares da Silva</i>	
“QUANDO A LEITURA RESGATA DO ESQUECIMENTO”	143
<i>Maria Teresa Santos</i>	
A EDUCAÇÃO NO FEMININO (1900-2000) Discursos, Números e Olhares	153
<i>Paulo J. A. Guinote</i>	
A IDEIA DE EDUCAÇÃO FEMININA EM SAMPAIO BRUNO	227
<i>Sara Marques Pereira</i>	
A QUESTÃO DA IGUALDADE E DA PARIDADE NO INTERIOR DA IGREJA CATÓLICA Da hiper-ritualização da imagem da mulher aos discursos feministas	247
<i>Teresa Maria Leal de Assunção Martinho Toldy</i>	
INSTRUÇÃO E FEMINIDADE: A PLURALIDADE DOS DISCURSOS EM FINAIS DE OITOCENTOS	261
<i>Teresa Pinto</i>	
PARIDADE CULTURAL – FEMINISTAS E INTELLECTUAIS	279
<i>Zília Osório de Castro</i>	

FALAR DE MULHERES: SILÊNCIOS E MEMÓRIAS

João Esteves*

“todas as mulheres são célebres, as pessoas é que não reparam”

Ivone Leal¹

Se é inquestionável que a intervenção associativa, cívica e política das mulheres durante o século XX foi maior do que tem transparecido, ela continua sem a correspondente expressão na historiografia contemporânea, apesar da dinâmica actual dos Estudos sobre as Mulheres, englobando núcleos localizados em meios universitários², a criação de Mestrados, de que se destaca o da Universidade Aberta a funcionar desde 1995, a criação de associações de investigadoras/es (APEM³; APIHM⁴), a publicação de duas revistas nessa área (*ex-aequo*; *Faces de Eva*⁵) e a organização diversificada de eventos⁶.

A partir dos feminismos portugueses da primeira metade do século XX, esta comunicação pretende reflectir sobre a discrição e omissões que trespassam as obras de referência; a inexistência de instrumentos metodológicos; a necessidade de recolher e preservar as fontes escritas; a importância dos arquivos particulares; e a urgência em “ouvir” as protagonistas e compilar os respectivos depoimentos. É que não se pode ignorar a história de mais de metade da população e, por isso, nunca é demais “falar de mulheres”, enquanto forma de quebrar o silêncio a que, estranhamente, continuam sujeitas, como se não passassem de personagens secundárias ou meras espectadoras, como se não fizessem parte da própria História, sobretudo da História apologética dos vencedores.

Persiste em parte da historiografia, nas obras de referência – dicionários, enciclopédias, cronologias, memórias – e em encontros científicos da área das Ciências Sociais e Humanas a valorização unilateral dos papéis mascu-

* Professor do QND da Escola EB 2,3 de Caxias, na situação de Equiparado a Bolseiro pelo Ministério da Educação para o ano lectivo 2001/2002.

linos. Por exemplo, o volume da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso e dedicado ao período entre 1890-1926, da responsabilidade de Rui Ramos⁷, ignora o fenómeno feminista exactamente em emergência naquela época; *A Memória de Portugal. O Milénio Português*⁸, no capítulo dedicado ao século xx, "Um Século Vertiginoso", coordenado por Manuel Braga da Cruz, perfilha o mesmo silêncio; e o *Dicionário de História do Estado Novo*⁹, sob a direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *A Enciclopédia Luso-Brasileira da Verbo*, edição do Século XXI, ou a continuação do *Dicionário de História de Portugal*¹⁰, organizada por António Barreto e Maria Filomena Mónica, não são pródigos em informações sobre as feministas portuguesas. Neste último caso, sem menosprezar as entradas de Ana Vicente acerca de Elina Guimarães, que "notabilizou-se pela sua persistência, coragem, inteligência e fortaleza como feminista assumida, tendo feito da causa das mulheres o centro de toda a sua actividade cívica, política e profissional"¹¹, Maria Lamas e a 'Situação das Mulheres', de Maria Regina Tavares em torno de Adelaide Cabete e de Ana de Castro Osório, autora da obra *Às Mulheres Portuguesas*, "que pode ser considerada um verdadeiro manifesto feminista"¹², ou de Madalena Barbosa acerca do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e do 2.º Congresso Nacional Feminista [1928], pouco mais há a acrescentar, mesmo quando se alarga a análise a todo o universo feminino, já que são quase inexistentes os textos sobre escritoras (Fernanda de Castro, Florbela Espanca, Irene Lisboa, Sophia de Mello Breyner (Andresen), Virgínia de Castro e Almeida), actrizes (Amélia Rey-Colaço, Beatriz da Conceição, Palmira Bastos), pintoras (Maria Helena Vieira da Silva, Paula Rego), jornalistas (Christine Garnier), historiadoras (Virgínia Rau), fadistas (Amália Rodrigues) e figuras políticas (Rainha D. Amélia). Nem a maioria das deputadas do Estado Novo, as representantes à Câmara Corporativa ou as activistas da oposição mereceram destaque individualizado, à excepção de Maria Guardiola, comissária nacional da Mocidade Portuguesa Feminina e deputada durante cinco legislaturas, de Catarina Eufémia e de Virgínia de Moura; e o associativismo feminino ficou restrito, para além do CNMP, àquele directamente relacionado com o regime de então, como a MPE, a Obra das Mães pela Educação Nacional e o Movimento Nacional Feminino, ou às organizações da juventude (estudantil e operária) católica, num critério ainda mais restritivo do que aquele que se verificou com o *Dicionário de História do Estado Novo*¹³.

Quando se consultam Cronologias¹⁴, nenhuma se preocupa, enquanto princípio metodológico, em integrar e valorizar eventos relacionados com o(s) feminismo(s) português, desde o seu associativismo à forma como (não) elucidam o acontecimento inédito da primeira mulher que em Portugal, e na Europa do Sul, exerceu o direito de voto. Até o número único da volumosa

revista *Notícias do Milénio (1000-2000)*, editada com enorme aparato e distribuída profusamente, entre outros periódicos, pelo *Diário de Notícias* em 8 de Julho de 1999¹⁵, faz tábua rasa das mulheres em 1000 anos de episódios da história mundial e nacional, de pouco servindo o facto do Conselho Editorial e Núcleo de Consultores e Colaboradores Especiais serem integrados por nomes respeitados do jornalismo, da cultura, da ciência, da história, da arte, da literatura, da economia e da política contemporânea. José Machado Pais ainda inseriu, no texto “Do homem público à vida privada”, um ponto sobre “O lugar da mulher por oposição ao do homem”¹⁶; fizeram-se referências pontuais a escritoras; a moda teve destaque; e as feministas... eclipsaram-se. Da mesma forma, os dois capítulos finais dedicados à Cronologia – “Mil anos, mil factos” –, e às pessoas – “Mil anos, mil nomes”, não destoam do conjunto da iniciativa, sem lugar para o voto inédito de Carolina Beatriz Ângelo em 28 de Maio de 1911; para Carolina Wilhelme Michaëlis de Vasconcelos, nomeada, no mesmo ano, Professora de Literatura Alemã da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e que, em 1916, obteve o grau de *doutor honoris causa*, tornando-se na primeira mulher a ocupar uma cátedra universitária, sendo ainda, desde 1914, Presidente Honorária do Corpo Administrativo do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas; ou para Maria de Lourdes Pintasilgo que, em 1979, foi Primeira-ministra e, em 1985, se candidatou à Presidência da República. Palavras para quê? Tal panorama não pode ser dissociado da pesada herança ideológica que os vocábulos “feminismo” e “feminista” comportam e que tem perdurado, por vezes de forma sub-reptícia.

Os encontros e debates sofrem da mesma perspectiva, como sucedeu no III Curso Livre de História Contemporânea, subordinado ao tema “A República Ontem e Hoje (1910-2000)”, promovido pelo Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL em Novembro de 2000: entre os múltiplos aspectos abordados e debatidos, não houve espaço para a reflexão em torno da actuação multifacetada das mulheres nesse período, exactamente aquele em que a sua participação cívica e política se tornou uma realidade. Aliás, é interessante constatar como elas se mostraram particularmente combativas, e com maior visibilidade, sempre que se esteve perante a radicalização das transformações políticas e sociais, como sucedeu aquando do regicídio (1908) e das revoluções republicanas de Outubro de 1910 e de Maio de 1915 ou, posteriormente, com o desfecho da Segunda Guerra Mundial (1945) e a Revolução de Abril de 1974. Pelo contrário, quando os novos poderes emergentes se reequilibram ou consolidam, as mulheres tendem a perder espaço e protagonismo, como se constituíssem uma ameaça àqueles e não houvesse lugar para as suas lutas e reivindicações.

Se as omissões, porventura involuntárias, podem não causar indignação ao investigador, até porque este dispõe de processos de as contornar,

já se tornam preocupantes enquanto cidadão e educador, ao provocarem distorções e lacunas no processo educativo e, assim, perpetuarem uma tradição acentuadamente sexista da narrativa histórica, com repercussões nos estudos internacionais, que ignoram a realidade portuguesa¹⁷. E o mesmo problema se verifica ao nível da Literatura, como ficou explícito na comunicação, neste mesmo Curso, de Anabela Galhardo Couto sobre “A literatura de autoria feminina: a reinvenção de um património”, e justificou o ciclo de conferências intitulado “Vozes e Olhares no feminino”, realizado no âmbito da programação de literatura da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, pois, segundo Isabel Pires de Lima, a necessidade de tal evento decorreu “não tanto da consideração prévia da existência ou não de uma ‘escrita feminina’, mas tão só da constatação de que, cerca de 200 anos volvidos sobre a luta encetada pelas mulheres no sentido de obter o direito à palavra, luta mais encarnçada nos últimos 40 anos, a voz de autoria feminina ainda é olhada por alguns como uma segunda voz que por isso continua a ouvir-se com mais dificuldade do que a tida por primeira”¹⁸. Dele resultou um belíssimo livro, o maior conjunto de textos inéditos escritos por mulheres, e “onde se procuraram cruzar vozes de mulheres poetas e ficcionistas portuguesas, de diversas gerações e sensibilidades estéticas, com olhares críticos de mulheres ensaístas, universitárias, cuja actividade primeira é ler”¹⁹.

Ressalve-se o minucioso e imprescindível trabalho desenvolvido por Regina Tavares da Silva na obra *A Mulher. Bibliografia portuguesa anotada (1518-1998)*, através da qual apresenta o levantamento de cinco séculos de produção escrita específica sobre a situação e os problemas das mulheres. Se a pesquisa bibliográfica²⁰ deixa de fora alguns géneros – manuais de civilidade, biografias, autobiografias, sexualidade –, a “recolha efectuada é suficientemente ampla e significativa daquilo que, em Portugal, foi sendo dito e escrito sobre a mulher, e sobre as mulheres”²¹ e o resultado é a construção de um instrumento metodológico envolvendo um rol de cerca de milhar e meio de títulos, facultando-se ao leitor/investigador pertinentes resumos e anotações sintéticas sobre cada uma das monografias, acompanhados dos locais de consulta e das respectivas cotas. Regina Tavares da Silva incluiu separatas, folhetos volantes, estudos que deixaram rasto, embora se desconheça o seu paradeiro, e não se esqueceu dos trabalhos de natureza académica, em nítido crescendo durante a última década²². Teve também a feliz preocupação de esmiuçar as obras colectivas, abrangendo colóquios, congressos, seminários e outras reuniões científicas, e destacou comunicações e artigos que, de outra forma, seriam de difícil visibilidade. Desta Bibliografia ressalta simultaneamente a valorização da Biblioteca, especializada, da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

com documentos únicos a nível de conferências, folhetos e pequenos estudos, sendo, por exemplo, possível encontrar fontes essenciais para o estudo de agremiações femininas (Cruzada das Mulheres Portuguesas; Grémio Feminino de Lisboa; Juventude Independente Católica Feminina; Liga Portuguesa Abolicionista; Movimento Democrático das Mulheres). Dispõe ainda da brochura de Ana de Castro Osório *A Educação Cívica da Mulher* (1908), publicada pelo efémero Grupo Português de Estudos Feministas, cuja actividade se confinou aos anos de 1907 e 1908 e de que fizeram parte, para além daquela escritora, as médicas Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo e Sofia Quintino, a professora Maria Veleda e Hermínia Taborda²³; e do livro *A Evolução do Feminismo – Subsídios para a sua história*²⁴, da educadora, jornalista e feminista Mariana Coelho (1857-1952), onde também examinou o movimento feminista português durante o período da I República, mostrando que o acompanhava, apesar de estar radicada em Curitiba, no Brasil, desde 1892²⁵.

Da análise detalhada das entradas, torna-se clara percepção de como o discurso sobre as mulheres mudou demasiado lentamente e, tal como salienta Maria de Lourdes Pintasilgo, autora do Prefácio, “ao olhar o que Portugal pensou e escreveu sobre as mulheres entre 1518 e 1998, esclarece-se toda uma herança que não pode deixar de estar ainda presente nas convicções, nos atavismos, nas reacções espontâneas da sociedade em que vivemos”²⁶. Aliás, e como também nota Maria de Lourdes Pintasilgo, “se houve progresso, talvez ele tenha mais a ver com a contenção das palavras e até, é justo dizê-lo, com a evolução das leis, do que com as práticas directa ou subtilmente discriminatórias que atingem ainda hoje as mulheres”²⁷.

A PRESERVAÇÃO DA IMPRENSA FEMINISTA

Sabendo-se que os periódicos continuam a constituir a principal fonte para o estudo do feminismo português²⁸, verifica-se que não subsistem colecções completas e em bom estado de conservação da imprensa feminista mais relevante, nomeadamente a da década de 10 (Quadro I).

Quadro I
Imprensa Feminista (1902-1947)

Anos	Periódicos	N.º	Responsáveis	Associação	Estado
1/5/1902 -1/3/1904	<i>Sociedade Futura</i> ²⁹	28	Ana de Castro Osório (os primeiros 7 números) Olga de Moraes Sarmento da Silveira (a partir de 1/9/1902)	-	Incompleta*
25/6/1906 -1910	"Jornal da Mulher" (<i>O Mundo</i>)	-	Albertina Paraíso ³⁰	-	Incompleta Microfilme pouco legível
6/5/1907 -2/1/1908	<i>Alma Feminina</i>	24	Albertina Paraíso Virgínia Quaresma (Secretária de Redacção) Ana de Castro Osório Fausta Pinto da Gama	-	Incompleta
Abril de 1909- -Maio de 1911	<i>A Mulher e a Criança</i>	24	Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho (Até Agosto de 1910) Ana Maria Gonçalves Dias Lénia Loyo Pequito Maria Veleda	Liga Republicana das Mulheres Portuguesas	Incompleta Microfilmada
31/8/1911- -1918	<i>A Madrugada</i>	43**	Ana Maria Gonçalves Dias Filipa de Oliveira Lénia Loyo Pequito Maria Veleda (Até ao n.º 42 - 30/9/1915) Angélica Lopes Viana Porto Filipa de Oliveira Luísa de Almeida (n.º 56 - 1918)	Liga Republicana das Mulheres Portuguesas	Incompleta Microfilmada ³¹
Junho de 1912- -Fevereiro de 1913	<i>A Mulher Portuguesa</i>	5	Ana de Castro Osório Albertina de Moura Benício Joana de Almeida Nogueira	Associação de Propaganda Feminista	Completa
Nov. 1914 Nov. 1917	<i>Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas</i>	9	Maria Clara Correia Alves	Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	Incompleta e degradada***
15/7/1915- -Dez. 1918	<i>A Semeadora</i>	36	Ana de Castro Osório Albertina Benício Antónia Bermudes	Associação de Propaganda Feminista	Incompleta****
Janeiro de 1917- -Maio de 1946	<i>Alma Feminina</i>	155 ³²	Maria Clara Correia Alves (1917-1919) Adelaide Cabete (1920-1929) Elina Guimarães (1929-1930) Noémia Neto Ferreira (1931) Sara Beirão (1934-1946)	Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	Incompleta e degradada***

Dezembro de 1946- -Maio de 1947	<i>A Mulher</i>	2	Maria Amália Neves Leonarda Paiva Martins	CNMP	Completa***
1944- -1952 *****	<i>Boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz</i>	9	Maria Helena Lucas (1947-51) Maria Valentina Trigo de Sousa (1948)	Associação Feminina Portuguesa para a Paz	Incompleta***

* Falta o n.º duplo de 1 de Abril de 1903.

** Houve números editados até, pelo menos, ao n.º 56. Desconhecem-se os exemplares editados entre 1916 e 1918 – apenas há um número deste último ano –, embora se saiba que ele foi dirigido em 1917 e 1918 por Angélica Lopes Viana Porto.

*** O *Espólio de Maria Lamas*, guardado no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da BN, contém exemplares destes periódicos.

**** Faltam os números 5, de 15/11/1915, e 15, de 15/9/1916.

***** Informação recolhida a partir das investigações da Dr.ª Lúcia Serralheiro.

Há, pois, uma imprensa feminista que subsistiu, sem interrupção, entre 1906 e 1952, embora só a partir de 1909 é que apareceram os periódicos que veiculavam os interesses das respectivas associações que entretanto se foram criando e que se revelaram como o mais importante factor de coesão entre as respectivas sócias. A dirigi-la estiveram, entre outras, as escritoras Albertina de Sousa Paraíso (1864-1954)³³, Ana de Castro Osório (1872-1935), Olga de Moraes Sarmiento (1881-1948), Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho (1864-1939)³⁴ e Sara Beirão (1884/5-1974), que se iniciou na política republicana em 1908; a primeira jornalista profissional, Virgínia Quaresma; as professoras Ana Maria Gonçalves Dias, Jeanne de Almeida Nogueira, Maria Clara Correia Alves (1869-1948)³⁵ e Maria Veleda (1871-1955); as domésticas Filipa de Oliveira e Angélica Lopes Viana Porto; as médicas Adelaide Cabete (1867-1935) e Noémia Neto Ferreira³⁶; e a licenciada em Direito Elna Guimarães (1904-1991).

A imprensa estritamente feminista, que teve o seu impulso com a geração de mulheres nascidas nos anos 60 e 70 do século XIX, não findou com o desaparecimento da *Alma Feminina*, de *A Mulher* ou do *Boletim da AFPP*, como elucidam os trabalhos de Maria José Magalhães e de Manuela Tavares dedicados às décadas de 70 e 80 do século XX. A primeira autora, mais centrada nos problemas da educação, registou, para estes anos, 14 organizações feministas de âmbito nacional, 18 a nível local e 13 outras associações de mulheres, bem como periódicos e fontes para o estudo de alguns grupos³⁷. Por sua vez, Manuel Tavares, quando sintetiza as agremiações de mulheres em Portugal, considera que 4 já existiam antes do 25 de Abril, 5 formaram-se na década de 70, após aquela data histórica, 9 apareceram durante os

anos 80 e outras 9 na década seguinte³⁸ e apresenta 43 Organizações Não Governamentais que constituem o Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres³⁹, das quais apenas 5 consideraram inserir-se no âmbito do movimento feminista (Associação de Mulheres contra a violência; Associação para o Planeamento da Família; APEM; Intervenção Feminina; e União de Mulheres Alternativa e Resposta)⁴⁰.

Ora muitas das agremiações, assim como parte das Organizações Não Governamentais, serviram-se de publicações, mesmo que efémeras, ou de folhas avulsas para propagandear os seus ideais, tornando-se essencial recensear e recolher aquelas que se imprimiram em vários pontos do país, bem como os panfletos, os manifestos, as tomadas de posição e outra documentação das agremiações feministas e femininas da segunda metade do século XX.

OS ESPÓLIOS

Quanto aos espólios, há actualmente seis núcleos documentais organizados que possibilitam uma melhor percepção da vivência de dirigentes feministas do século passado (Quadro II).

Quadro II
Espólios Feministas

Espólios	Conteúdo	Local
Colecção de Castro Osório	Contém correspondência de e para a escritora feminista Ana de Castro Osório (1872-1935), com um leque significativo de missivas trocadas entre a família e com amigos, políticos, editores, tradutores, escritores, homens de ciência, das artes e das letras durante décadas ⁴¹ . É composto por sete caixas.	BN – Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea
Maria Olga de Moraes Sarmiento da Silveira (1881-1948)	Reúne doações da escritora: tapeçarias, quadros, desenhos, objectos de arte e autógrafos ⁴² .	Câmara Municipal de Setúbal
Cristina Torres dos Santos (1891-1975)	Composto por manuscritos, correspondência, artigos publicados, discursos, panfletos, informações acerca da intervenção política e enquanto professora e educadora, documentos biográficos, homenagens e fotografias ⁴³ .	Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz

Maria Lamas (1893-1983)	Constituído por 67 caixas, contém milhares de documentos: manuscritos, correspondência com escritores e intelectuais, fotografias, recortes de imprensa, revistas, escritos, papéis elucidativos da actividade associativa e política, objectos pessoais	BN, ACPC
Elina Guimarães (1904-1991)	Formado por cinco caixas, integra manuscritos (poesia e prosa), recortes de imprensa da autora e correspondência recebida.	BN, ACPC
	Biblioteca pessoal, outros documentos e o seu retrato da autoria de Guilherme Filipe (1945) ⁴⁴ .	CIDM
Fundo Particular Bernardino Machado ⁴⁵	Inclui correspondência particular inédita de feministas portuguesas e espanholas para a família BM, nomeadamente uma vintena de cartas de Alice Pestana, Ana de Castro Osório, Maria Veleda, Carmen de Burgos e Emília Pardo Bazán, para além de documentação iconográfica.	Museu Bernardino Machado - Vila Nova de Famalicao

Eis, de modo esquemático, os espólios de cinco feministas de duas gerações distintas que marcaram, com acentuado cunho pessoal, o seu tempo e o próprio século XX. Diferentes nas afirmações políticas – uma era monárquica (Olga de Moraes Sarmento), as outras republicanas; uma integrou a Maçonaria (Ana de Castro Osório); três delas participaram na oposição ao salazarismo, filiando-se, depois de 1974 e com muita idade, Cristina Torres no Partido Socialista e Maria Lamas no Partido Comunista –, os seus percursos cruzaram-se na defesa dos direitos das mulheres. À excepção de Cristina Torres, curiosamente aquela que acabou por ter uma vida mais dura e desapojada, até porque provinha de outro meio socioeconómico, as outras quatro foram condecoradas pelo Estado – Ana de Castro Osório⁴⁶, Maria Lamas⁴⁷ e Olga de Moraes Sarmento durante o Estado Novo e Maria Lamas e Elina Guimarães pelo regime democrático –, o que não deixa de representar o reconhecimento formal dos seus méritos.

Há idênticos espólios espalhados um pouco por todo o país e, maioritariamente, ignorados ou abandonados por não lhes ser reconhecido outro valor, que não o afectivo, pelos seus detentores. Outros perderam-se definitivamente, como o da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, que terá sido entregue ao Asilo de S. João⁴⁸, tal como estava contemplado nos Estatutos em caso de dissolução, ou de Virgínia Quaresma, a primeira jornalista profissional portuguesa e destemida pacifista e feminista do princípio do século XX, falecida em 1973, com 91 anos de idade.

Se se atender a que parte substancial da intervenção das mulheres passou pela palavra escrita e a participação em reuniões/sessões – públicas e associativas –, com o conseqüente registo em folhetos, jornais, actas e diários, é fácil deduzir a dimensão desse “mundo” desconhecido e resguardado, continuando a alimentar a densa e perversa cortina de “silêncio” acerca da sua história. Perante esta escassez numérica, mas não documental, é fácil ter a noção de quantos panfletos, manifestos, tomadas de posição, actas, memórias, petições, periódicos, cartas, diários, agendas, certidões, cadernetas escolares, fotografias e manuscritos não se encontrarão por aí “perdidos” nas mãos de particulares e a tempo de serem resgatados e preservados? O acesso a dados tão simples, mas completamente desconhecidos, como o nome completo, datas de nascimento e morte, parentes, percursos escolar, familiar e profissional representam, por si só, contributos incomensuráveis.

AS FONTES ORAIS

Ao contrário do que sucedeu com as pioneiras do feminismo português da I República, que foram desaparecendo sem que tivesse havido a preocupação, ou lembrança, de registar as suas preciosas e, de certeza, riquíssimas memórias, verifica-se actualmente a recolha de depoimentos de protagonistas da segunda metade do século XX: salientem-se as investigações mencionadas de Maria José Magalhães e de Manuela Tavares, de Vanda Gorjão acerca das opositoras ao Estado Novo, de António Ferreira de Sousa sobre as activistas católicas e de Lúcia Serralheiro para as militantes da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, com enfoque no núcleo do Porto.

Com a particularidade de ambas as autoras terem participado no associativismo feminino contemporâneo e conhecerem bem esta realidade, tanto Maria José Magalhães como Manuela Tavares conversaram com responsáveis pelas lutas das décadas de 70 e 80 para explicitar os respectivos contextos e preservar episódios e interpretações, tendo a última investigadora apresentado, em anexo, um breve currículo das trinta entrevistadas: a par de nomes mais conhecidos e mediáticos, como Ana Maria Braga da Cruz, Ana Sara Brito, Dulce Rebelo, Fátima Sequeira Dias, Helena Lopes da Silva, Helena Neves, Luísa Amorim, Madalena Barbosa, Maria Alzira Lemos, Maria Antónia Fiadeiro, Maria Antónia Palla, Maria de Lurdes Pintasilgo, Regina Tavares da Silva e Rosa Xisto, surgem os de sindicalistas, com destaque para as da Madeira, e cujo confronto de opiniões permite clarificar o que as separava e o que as unia em determinados períodos. As gravações, concretizadas em 1997 e “com duas e mais horas por pessoa”⁴⁹, não deixarão de constituir um precioso reavivar da memória, com depoimentos de

viências ímpares, e ambos os trabalhos deram voz a dezenas de grupos e organizações, nem todos com a mesma importância e duração, socorrendo-se de um conjunto diversificado de fontes, como brochuras, programas, folhetos, boletins, imprensa efémera, petições, comunicados e cartas. Aliás, é provável que Maria Alzira Lemos⁵⁰, enquanto neta do estadista Afonso Costa e depositária de parte do seu espólio⁵¹, disponha de missivas das feministas do início do século⁵², não só porque aquele político “arquivava todo o seu correio”⁵³, como se preservaram “alguns milhares de cartas cobrindo mais de quarenta anos”⁵⁴, não obstante a documentação destruída aquando do golpe sidonista, com o assalto à residência, que afectou o período anterior a 7 de Dezembro de 1917.

Recentemente, Maria José Magalhães, num exemplo a seguir, procurou traçar o percurso de dez anos da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres e decidiu “conhecer as perspectivas das mulheres que têm estado na direcção da APEM, os sentidos que atribuem ao que foi feito – que fizeram elas próprias ou outras – o que pensam teria sido importante fazer e qual o lugar da APEM e da ex aequo no espaço da investigação em Portugal”⁵⁵. Além disso, optou por alargar as entrevistas a “mulheres que, de uma ou outra forma, desempenham ou desempenharam um papel importante, neste campo”⁵⁶, como Ana Maria Braga da Cruz, Joana de Barros, Maria de Belém de Roseira e Maria do Céu Cunha Rego, a que acrescentou “uma entrevista colectiva a algumas mulheres que estiveram no processo da constituição da Associação”⁵⁷, a saber, Dina Canço, Ivone Leal, Maria Reynolds de Sousa e Regina Tavares da Silva.

Já a análise da socióloga Vanda Gorjão centrou-se numa certa “elite” da oposição feminina ao Estado Novo, a qual contou com nomes que fizeram parte de organizações feministas, como o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Realizou entrevistas biográficas a Beatriz Cal Brandão, Cesina Bermudes, Irene Cortesão, Isaura Silva Borges Coelho, Luísa Irene Dias Amado, Maria Barroso, Maria Branca Lemos, Maria das Dores Cabrita, Maria Elvira Cortesão, Maria Eugénia Varela Gomes, Maria Fernanda Silva, Maria Helena Correia Guedes, Maria Leticia Clemente da Silva, Stella Piteira Santos⁵⁸ e consultou “documentos de grupos e associações de oposição a que pertenceram as mulheres: comunicados internos, actas de reuniões, palestras manuscritas, panfletos de propaganda, petições oficiais, abaixo-assinados”⁵⁹ e “arquivos e espólios individuais”⁶⁰.

Quanto às investigações de António Ferreira de Sousa em torno do associativismo católico e suas activistas da primeira metade do século⁶¹, têm proporcionado o acesso a documentação particular inédita e a fontes e arquivos até agora inexplorados; e as de Lúcia Serralheiro têm incidido, entre outras vertentes, na reconstrução de histórias de vida das militantes

da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, agremiação que perdurou entre 1935, já que os Estatutos datam de 10 de Novembro e foram homologados pelo Governo Civil de Lisboa em 8 de Fevereiro do ano seguinte, e 1952, ano em que o Estado Novo decretou o seu encerramento. De certa forma, a AFPP tentou continuar o trabalho desenvolvido pelo CNMP, havendo não só sócias comuns, como o respectivo *Boletim* dava continuidade às aspirações emancipadoras da mulher. E não nos esqueçamos de Maria Reynolds de Sousa que, numa pesquisa rigorosa, procura resgatar os percursos, na maioria encobertos, das Deputadas (1935 e 1974) e das Procuradoras à Câmara Corporativa (1938-1974), socorrendo-se, entre outras fontes, do contacto com as próprias ou com os seus familiares, dando sequência à comunicação sobre “As primeiras deputadas portuguesas”⁶².

Também não se pode omitir o trabalho desenvolvido pela revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* no âmbito da construção da memória feminina, ao incluir três secções de consulta obrigatória – “Entrevistas”, “Pioneiras” e “(Auto)-retrato” – que, nos oito números publicados entre 1999 e 2002, envolveram 42 nomes da autoria de duas dezenas de interlocutoras/es, sem contar com aqueles escritos redigidos pelas próprias (Quadro III). E a oportunidade desta recolha está expressa no facto de algumas das entrevistadas e pioneiras terem falecido entretanto – a médica Cesina Bermudes, a meteorologista Ilda Aurora Pinheiro de Moura Machado, a professora e pedagoga Maria Emília Cordeiro Ferreira, a arquitecta Maria José Estanco Machado da Luz, a professora universitária Maria Leonor Carvalhão Buescu –, não sem antes terem deixado testemunhos.

Quadro III
Revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*

N.º	Ano	Entrevistas	Pioneiras	(Auto)-Retrato
1-2	1999	Maria Leonor Carvalhão Buescu ¹² Maria Barroso ³	Maria José Estanco Machado da Luz ¹² Maria José Ferro Tavares ⁴	Ivone Leal Leonor da Fonseca Pimentel ¹
3	2000	Sara Ivens-Ferraz Maia de Loureiro ¹² Maria Elisa ⁵⁸	Amélia Rey Colaço ⁵⁷ Maria Manuela Dias de Carvalho ⁸	Maria do Céu Ramos Maria Lamas ⁹
4	2000	Anna Ingrid Mathilda Ryberg Mousinho Figueiredo ¹² Jutta Burggraf ⁶	Ilda Aurora Pinheiro de Moura Machado ¹⁰ Joana Carneiro	Clara Menéres Josefa d'Óbidos ¹¹
5	2001	Nella Maissa ³¹² Orlanda Amarílis ¹³	Maria Leonor Machado de Sousa Cesina Bermudes ³⁸	Elvira Velez ³ Etelvina Lopes de Almeida
6	2001	Esther de Lemos ¹⁴¹⁵ Vitalina Roque Sofio ¹⁶	Josette Silva ¹⁸ Maria Teresa Guedes de Andrade Santos ¹	Ruth Arons Juliana Dias da Costa ³

7	2002	Maria Emília Cordeiro Ferreira ¹² Raquel Henriques da Silva ⁶	Vera Franco Nogueira ^{10/17} Libânia do Carmo Galvão Mexia de Moura Teles e Albuquerque ⁸	Madalena Braz Teixeira Sarah Afonso ¹⁸
8	2002	Maria do Céu Cunha Rêgo ^{6/19} Maria Teresa Torres Barros Queiroz ²⁰	Maria de Belém Roseira ^{6/16} Maria Lúcia Namofado ⁹	Simonetta Luz Afonso Fiama Hasse Paes Brandão ²¹

Por: ¹ Elisabeth Évora Nunes; ² Maria do Céu Borrêcho; ³ Ilda Soares de Abreu; ⁴ Marília Favinha; ⁵ Margarida Casiro; ⁶ Sandra Leandro; ⁷ Maria Emília Stone; ⁸ Maria Teresa Santos; ⁹ Maria Antónia Fiadeiro; ¹⁰ Joaquina Teresa Amaro; ¹¹ Paulo Simões Rodrigues; ¹² João Saturnino; ¹³ Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho; ¹⁴ Maria Luísa Neves; ¹⁵ António Ferreira de Sousa; ¹⁶ Teresa Fonseca; ¹⁷ Isabel Baltazar; ¹⁸ Maria José de Almada Negreiros; ¹⁹ Ivone Leal; ²⁰ Ana Vicente; ²¹ Maria Teresa Dias Furtado.

A partir dessas páginas, é possível constatar como as próprias activistas tendem a recatar a militância. Por exemplo, Cesina Bermudes⁶³, Etelvina Lopes de Almeida⁶⁴, Maria Emília Cordeiro Ferreira⁶⁵ e Ruth Arons⁶⁶, que integraram o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas ou a Associação Feminina Portuguesa para a Paz, pouco ou nada se pronunciaram acerca desse tempo. Por exemplo, Etelvina Lopes de Almeida, Ruth Arons e Maria Emília Cordeiro Ferreira fizeram parte do numeroso grupo que, em 1945, aderiu ao CNMP⁶⁷. Esta última também militou naquela década na Associação Feminina Portuguesa para a Paz, onde desempenhou, em 1948, as funções de 1.ª Secretária da Assembleia Geral. Sobre a postura enquanto cidadã e o percurso político e associativo de Cesina Bermudes, o livro recente de Vanda Gorjão é, tal como para outra figuras, esclarecedor. Curiosamente, os nomes associados ao Estado Novo não se coibiram de relatar a sua inserção nele, nomeadamente as actividades desenvolvidas no âmbito da Mocidade Portuguesa Feminina.

Por vezes, as mulheres não enaltecem os seus papéis em determinados contextos históricos, considerando as tomadas de posição como algo natural ditado pela consciência cívica e, como tal, não sendo merecedoras de qualquer ênfase. Permito-me evocar aqui o exemplo de minha mãe que integrou, com 22 anos, o grupo de 113 mulheres que, em 1946, se dirigiram a Maria Lamas, para que fosse criada uma delegação do CNMP no centro do país, com sede em Coimbra⁶⁸; confrontada com a descoberta do seu nome, quando o autor já há muito se dedicava ao estudo das organizações de mulheres, não lhe atribuiu qualquer sentido particular. Quando se alarga esse universo aos familiares, é frequente ouvi-los desvalorizar eventuais protagonismos das antepassadas, deixando deteriorar no fundo de “baús” sabe-se lá que conteúdos. Ainda não há muito tempo, entrando-se, por intermédio de investigações desenvolvidas por Natividade Monteiro, em contacto com um descendente directo de duas activistas da Liga Republicana das Mulhe-

res Portuguesas, com militância efectiva na organização desde a fundação até, pelo menos, 1918, a resposta foi que “elas não tinham tido importância” e “não havia grande coisa a dizer”, pois não eram comparáveis a Ana de Castro Osório ou a Maria Veleda!

A mesma revista dispõe das secções “Estado da Questão”, onde se radiografaram entidades como a Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres (APIHM)⁶⁹, a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM)⁷⁰ e a Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento (APCD)⁷¹, e “Toponímia no Feminino”⁷², da autoria de Ema Batista, Maria do Céu Borrêcho ou Virgínia Dias, que permitem alargar os olhares para além daqueles habitualmente centrados no masculino. Como explicitam as primeiras duas autoras, “a História das Mulheres passa também pelo levantamento e análise da toponímia. Raramente se vislumbra a preocupação de conhecer os topónimos femininos, num universo geral traduzido invariavelmente tão-só no masculino”⁷³, chegando à elucidativa conclusão de que “num total de 4500 a 5000 topónimos, a cidade de Lisboa apresenta hoje sensivelmente 519 no feminino. Em pouco mais de 10 por cento, portanto, se apresenta a quota feminina na toponímia da capital”⁷⁴.

Como refere Ivone Leal, também ela uma persistente pioneira dos Estudos sobre as Mulheres no nosso país⁷⁵, com quem continuamente se aprende e cujo saber e mestria mereceriam outro reconhecimento, num texto confessional centrado em memórias familiares, “todas as mulheres são célebres, as pessoas é que não reparam”⁷⁶. Até quando é que se continuará a silenciá-las?

Se indubitavelmente “as mulheres têm uma história e é legítimo escrevê-la”⁷⁷, torna-se imperioso insistir na ideia duma História das Mulheres aplicada ao caso português⁷⁸, inclusivamente como forma de o integrar no panorama internacional e proporcionar análises comparativas, de que o Curso da Arrábida, coordenado por Anne Cova e Gisela Bock em Setembro de 1999 e subordinado ao tema “Écrire l’histoire des femmes. Bilan historiographique en Europe du Sud (France, Italie, Espagne, Grèce, Portugal), XIX^e-XX^e siècles”, constituiu um exemplo profícuo⁷⁹. É igualmente necessário acompanhá-la de instrumentos metodológicos estruturados de raiz – dicionários, cronologias – e, assim, retirar da penumbra os contributos e as vivências daquela metade da população aparentemente despojada de História.

A elaboração dum Guia Cronológico, Documental e de Fontes está há muito perspectivado e visa tornar acessível um vasto conjunto de informações, textos de opinião, pequenas notícias, factos e documentos e, simulta-

neamente, possibilitar pistas de investigação: Cronológico, porque respeitara os diversos eventos segundo a sua ordenação temporal; Documental, porque se transcrevem fontes, permitindo compilar e preservar recolhas realizadas em periódicos em avançado estado de degradação; e de Fontes, porque mencionará as que se relacionam com a temática feminina/feminista, com incidência na imprensa e nos Espólios e Arquivos. Ou seja, permitirá sistematizar notícias soltas, a participação de mulheres em eventos – políticos, culturais, educativos, associativos, religiosos, romagens, funerais... –, dados biográficos, obras, artigos e textos de opinião, cartas a jornais e aquelas que integram espólios, e correspondência diversa.

Quanto aos dicionários⁶⁰, e sem ignorar os de Américo Lopes de Oliveira⁶¹ e de Ana Barradas⁶², ambos de carácter transnacional, um primeiro passo está a ser dado pelo grupo *Faces de Eva* ao desenvolver, no âmbito do Protocolo celebrado entre a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, o projecto de investigação centrado na elaboração dum *Dicionário no Feminino – Séculos XIX e XX*. Entendido em sentido lato, este abarcará a imprensa feminina e feminista, instituições, organizações de mulheres e nomes de épocas diferentes, com sensibilidades e protagonismos antagónicos, e pretende-se, por princípio, dar lugar às desconhecidas ou ignoradas na sua vertente de cidadania e fazer sobressair os aspectos que distingam a participação na sociedade, por insignificante que possa parecer, como o percurso escolar, a adopção de uma carreira profissional e respectiva progressão, a cidadania, o legado e as obras, fornecendo bibliografia de e sobre cada uma das entradas, com realce para os textos e notícias da imprensa. É que a parte mais significativa da intervenção em prol de um novo estatuto para as mulheres reside em artigos publicados em periódicos, atingindo, só na primeira década do século XX, várias centenas, e o mesmo critério se aplica às referências a eventos. Zília Osório de Castro, lembra que “ao projectar uma obra com estas virtualidades, deseja-se dar visibilidade a um universo de vivências, onde a mulher, tal como o homem, esteve sempre presente e onde, ao contrário deste, permaneceu na obscuridade. Daí que o contributo do Dicionário para tornar conhecidos nomes, actividades, iniciativas, embora para já circunscrito aos séculos XIX e XX, se afigure indispensável para ser possível dar visibilidade à vida vivida e à inserção social das mulheres, e com ela, às condições sócio-políticas, económicas, culturais, religiosas, etc., que as rodeavam”⁶³. Uma das vantagens da sua estrutura, numa área em que o objecto de estudo é infindável, é que pode ser complementado periodicamente com novos dados e o acrescento de outras entradas, estando aberto à colaboração de todos quanto desejarem contribuir com o seu saber.

Só agora começam a ser identificados, e a merecer análise mais detalhada, as cerca de dois mil activistas que intervieram nas causas feminista e política da primeira metade do século xx. Com militância em agremiações tão dispareas como a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz (1906), o Comité Português da agremiação francesa La Paix et le Désarmement par les Femmes (1906), o Grupo Português de Estudos Feministas (1907-1908), a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908-1919), a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918), a União das Mulheres Socialistas (1912-1918), o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), a Comissão Feminina Pela Pátria (1914-1916), a Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915-1916), a Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916), a Comissão Feminina Republicana (1919) e a Associação Feminina Portuguesa pela Paz (1935-1952), deve-se a muitas delas a conquista de direitos básicos e essenciais para as mulheres, em resultado do esforço reivindicativo, ainda que exercido em circunstâncias adversas e confrontado com a crítica impiedosa dos contemporâneos. Há a acrescentar à listagem o restante associativismo, de que o católico se destaca e que envolveu número significativo de adesões durante o século xx. No mesma linha de preocupações, Luiza Paiva Boléo questiona: “para quando um Dicionário de Escritoras Portuguesas com uma versão na Internet?”⁸⁴.

Mas, talvez o mais importante, enquanto empreendimento inadiável, seja o de se enveredar por um projecto colectivo em torno da preservação do legado patrimonial e oral dessas mulheres, sejam elas do passado mais distante, ou as da actualidade, e que se encontra dispersa, quando não em vias de desaparecimento, de forma a colmatar os silêncios da História e repor a sua/nossa memória colectiva.

NOTAS

¹ Ivone Leal, "As mulheres, senhoras e escravas do quotidiano doméstico – A memória do vivido de 1930 a 1990", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 4, 2000, p. 41.

² Sobre o elenco das Universidades, Institutos e Centros de Investigação que, em 2002, se dedicavam a este tipo de estudos, ver "Estudos Sobre as Mulheres", *Notícias*, CIDM, n.º 60, Out./Nov./Dez. de 2001, pp. 14-18.

³ A Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) constituiu-se em 1991 e tem promovido diversos colóquios, nomeadamente sobre 'Sexismo e Feminismo' (1995), *As Mulheres e o Estado* (1997), cujas actas foram publicadas pela Universidade Aberta em 1999, e *A Construção dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal* (2001), podendo-se consultar as comunicações nos números 5 e 6 do órgão *ex-aequo*. Acerca das suas principais iniciativas, cf. Virgínia Ferreira, "Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – Breve apresentação", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 4, 2000, pp. 125-128; e Maria José Magalhães, "Dez anos da APEM: percorrer as vozes, significar os percursos", *ex-aequo*, n.º 5, Novembro de 2001, pp. 27-68.

⁴ Já a Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres (APIHM) legalizou-se em 1997 e tem realizado encontros científicos anuais subordinados a um grande tema: 'Mulheres, História e Sociedade – algumas linhas de investigação nos finais do século XX' (1998); 'Em torno da História das Mulheres – seu contributo para a construção de Portugal' (1999); 'Fazer a História das Mulheres – da Casa à Escola; da Escola à Universidade' (2000); 'Em busca da História das Mulheres Portuguesas' (2001); 'As Mulheres e a Festa em Portugal' (2002); 'Mulheres. Memória. História' (2002). Acerca da sua formação e realizações, ver Maria Helena Villas-Boas e Alvim, "Ser mulher ontem e hoje; e amanhã? – A Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 3, 2000, pp. 137-146.

⁵ Em 1999, deu-se início à edição das revistas *ex-aequo*, órgão da APEM; e *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, da responsabilidade do grupo de trabalho com o mesmo nome, orientado pela Prof.ª Doutora Zília Osório de Castro e, inicialmente, integrado no Instituto Pluridisciplinar da História das Ideias, da FCSH da UNL. Actualmente, é uma publicação de *Faces de Eva* – Centro de Estudos sobre a Mulher, também sediada na mesma instituição universitária.

⁶ A secção 'Notícias', que encerra cada um dos números semestrais da revista *Faces de Eva*, e o boletim trimestral da CIDM procedem periodicamente à sua resenha.

⁷ Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Sexto volume da *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), Círculo de Leitores, 1994.

⁸ *A Memória de Portugal. O Milénio Português*, direcção de Roberto Carneiro (coordenação geral) e de Artur Teodoro de Matos (coordenação científica), Círculo de Leitores, 2001, pp. 480-529.

⁹ *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Círculo de Leitores, 1996, 2 vols.

¹⁰ Suplemento ao *Dicionário de História de Portugal*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, Figueirinhas, 1999 e 2000, vols. 7, 8 e 9.

¹¹ Ana Vicente, "Guimarães, Elina", Suplemento ao *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, 1999, p. 164, col. 2.

¹² Maria Regina Tavares da Silva, "Osório, Ana de Castro", Suplemento ao *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, p. 685, col. 2.

¹³ Este inclui, para além de algumas das mencionadas, entradas sobre Agustina Bessa-Luís, Cecília Supico Pinto, Hermínia Silva Leite Guerreira, Lucília Simões, Maria Amélia Pitta e Cunha, Maria da Conceição Matos Ferreira Silva, Maria Isabel Aboim Inglês, Maria Judite de Carvalho, Natália Correia, Sarah Affonso.

¹⁴ Fernando de Castro Brandão, *A I República Portuguesa – uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991; *História Comparada – Portugal, Europa e o Mundo – Uma Visão Cronológica* (dir. de António Augusto Simões Rodrigues), Círculo de Leitores, 1996, vol. II; e *História de Portugal em Datas* (coordenação António Simões Rodrigues), Temas e Debates, 1996.

¹⁵ A mesma revista, com uma tiragem de dezenas de milhares de exemplares, foi distribuída aos leitores do *Açoriano Oriental*, *Diário de Notícias – Madeira*, *Jornal de Notícias* e *Jornal Tribuna de Macau*.

¹⁶ José Machado Pais, "Do homem público à vida privada", *Notícias do Milénio*, 8/7/1999, pp. 254-263.

¹⁷ Anne Cova, "As Historiadoras. Alguns apontamentos sobre a história das mulheres e os estudos sobre as mulheres", *Mulheres do Século XX. 101 Livros*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 25-30.

¹⁸ Isabel Pires de Lima, "Para refazer o percurso", *Vozes e Olhares no feminino* (coordenação de Isabel Pires de Lima), Porto, Edições Afrontamento e Porto 2001, 2001, p. 11.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 14.

²⁰ Existem outras pesquisas bibliográficas, nomeadamente de Ana Nunes de Almeida, *Bibliografia sobre a Família e a Mulher no Portugal do Século XX*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987; e de Luís Esteves de Melo Campos, *A Mulher em Textos e Contextos. Um recenseamento bibliográfico, tematicamente indexado, sobre publicações periódicas portuguesas (1974-1988)*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1989.

²¹ Regina Tavares da Silva, *A Mulher. Bibliografia portuguesa anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 7.

²² Cf. também Anne Cova, "Escrever a História das Mulheres", *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais (6 a 11 de Julho de 1998)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1999, vol. 4, pp. 117-130.

²³ Com residência em Lisboa, na Rua do Conde Redondo, 139, 4.º, Hermínia Taborda pertenceu à Loja Humanidade e inscreveu-se no Congresso Nacional do Livre Pensamento, realizado em Abril de 1908. Neste mesmo ano, surgiu associada ao projecto editorial do Grupo Português de Estudos Feministas, que visava constituir uma biblioteca barata destinada a instruir e educar a mulher portuguesa.

²⁴ Mariana Coelho, *A evolução do feminismo*, Rio de Janeiro, Imprensa Moderna, 1933, 611 pp.

²⁵ Acerca desta feminista, que se tornou, em 1916, accionista da Empresa de Propaganda Feminista e defesa dos direitos da mulher, integrou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e representou o Paraná nos seus congressos feministas de 1922, 1933 e 1936, cf. *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até à actualidade*, organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, 2.ª edição, p. 418; Hilda Agnes Hübner Flores, *Dicionário de Mulheres*, Porto Alegre,

Nova Dimensão, 1999, p. 129; e João Esteves, *As Origens do Sufragismo Português. A primeira organização sufragista portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998.

²⁶ Maria de Lourdes Pintasilgo, "Prefácio", *A Mulher. Bibliografia portuguesa anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. XI.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. XII.

²⁸ Acerca da importância da imprensa para o estudo da génese do feminismo português, v. João Esteves, "O movimento feminista em Portugal: a pesquisa em periódicos (1899-1928)", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 1-2, 1999, pp. 189-196.

²⁹ Embora se tratasse de uma 'revista de arte', é importante referi-la enquanto aglutinadora de um conjunto de nomes que são indissociáveis do feminismo português.

³⁰ Informação veiculada por Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Vega, s/d., p. 86.

³¹ Inexplicavelmente, só se tornou possível a consulta deste periódico em meados da década de 80 depois do leitor se 'oferecer' para pagar o respectivo microfilme à BNL, o que veio a suceder, assim como à revista *A Mulher e a Criança*.

³² Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, *Mulheres Para além Do Seu Tempo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p. 44.

³³ Albertina Paraíso fundou e dirigiu ainda as revistas femininas *Almanaque das Senhoras Portuguesas* (1886), *Almanaque das Senhoras Portuguesas e Brasileiras* (1888), *O Perfume* (1905) e *Jornal da Mulher* (1910-1912), para além de ter colaborado, entre outros, nos periódicos *Boémios* (1899-1900), *A Capital*, *Contemporânea*, *O Correio da Manhã*, *A Crónica* (1900-1906), *O Dia*, *Ecos da Avenida*, *Fradique* (1934-1935), *Ilustração* (Paris), *Jornal das Senhoras* (1904-1905), *Jornal de Coimbra* (1900-1901), *Nova Alvorada* (1891-1903), *Nova Aurora* (1900-1901), *Novidades*, *Revista Azul* (1904-1908), *O Século*, *Semana Azul* (1906-1907) e *Vimaranense* (1915-1919).

³⁴ Republicana, natural de Figueiró dos Vinhos, Maria Benedita de Albuquerque pertenceu à primeira direcção da Liga e participou nos festejos comemorativos da implantação da República na Figueira da Foz. Colaborou na imprensa de Leiria, traduziu, para a revista *A Mulher e a Criança*, o folhetim *Les Deux Vies* de Paul e Victor Marguerite, centrado na questão do divórcio, escreveu diversos romances na década de 10 e traduziu romances, nomeadamente de Tolstói.

³⁵ Feminista, republicana e livre-pensadora, Maria Clara Correia Alves colaborou regularmente nos periódicos *O Amigo da Infância/O Amigo da Verdade e da Infância*, *República* (1909-1910), *Vanguarda* (1909-1910), *A Mulher e a Criança* (1910-1911), *A Madrugada* (1911), *Boletim Oficial do CNMP* (1914-1916), *Alma Feminina* (1917-1920), onde terá usado o pseudónimo de Isabel da Malta, e *Comércio do Porto* (a partir de 1921, com uma secção intitulada 'Mulheres e Crianças').

³⁶ Noémia Neto Ferreira iniciou a sua militância no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas quando era estudante universitária e foi das activistas mais em evidência durante a década de 30.

³⁷ Maria José Magalhães, *Movimento feminista e educação - Portugal, décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. IX-XI e 205-211.

³⁸ Manuela Tavares, *Movimentos de mulheres em Portugal - Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, pp. 153-154.

³⁹ *Idem, ibidem*, pp. 173-174.

⁴⁰ Em 2001, o número das Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da CIDM ascendia a 49, sendo da sua iniciativa a publicação, aquando das comemorações do Dia Internacional das Mulheres, em 8 de Março, duma brochura informativa com a caracterização, objectivos, actividades e contactos de cada uma delas.

⁴¹ Sobre o elenco de personalidades envolvidas na correspondência de e para Ana de Castro Osório, ver João Esteves, "Salvaguardar a memória e reescrever a História: os espólios feministas", Comunicação ao 6.º Encontro da APIHM organizado em 25 e 26 de Outubro de 2002.

⁴² Américo Lopes de Oliveira, *Dicionário de Mulheres Célebres*, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1981, p. 931, col. 1.

⁴³ Câmara Municipal da Figueira da Foz, *Albano Duque/Cristina Torres - Catálogo da Exposição no Museu Municipal Dr. Santos Rocha*, Figueira da Foz, Serviços Culturais, 1992.

⁴⁴ Ana Vicente, "Guimarães, Elina", *Dicionário de História de Portugal*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, Figueirinhas, 1999, Vol. VIII, pp. 164-165.

⁴⁵ Elzira Machado Rosa, *A Educação Feminina na Obra Pedagógica de Bernardino Machado - Propostas a Favor da Igualdade e da Emancipação das Mulheres*, Museu Bernardino Machado - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999.

⁴⁶ A I República atribuiu, em 1919, a condecoração da Ordem de Santiago da Espada a Ana de Castro Osório, que a recusou. Durante o Estado Novo, aceitou ser condecorada com a Ordem de Mérito Agrícola e Industrial.

⁴⁷ Maria Lamas foi pela primeira vez condecorada, nos anos 30, pelo Presidente Carmona, com o grau de Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada.

⁴⁸ Os ficheiros e outros materiais terão sido destruídos no início da década de 80, por se desconhecer o seu valor histórico, aquando de obras de remodelação daquele Asilo. Apesar das facilidades concedidas à vistoria da documentação guardada, não restavam mais vestígios e o único grande símbolo da Liga que hoje perdura, a sua bandeira, encontra-se guardada no Museu Maçónico.

⁴⁹ Manuela Tavares, *Movimentos de mulheres em Portugal - Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 17.

⁵⁰ Maria Alzira Lemos tem sido a representante da Intervenção Feminina no Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

⁵¹ A. H. de Oliveira Marques, *Correspondência Política de Afonso Costa - 1896-1910*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 9, nota (1).

⁵² Afonso Costa mereceu devoção especial das feministas devido à sua acção enquanto ministro da Justiça do governo provisório da República (1910-1911). Além disso, a esposa, Alzira de Barros Mendes de Abreu e Costa (1875-1970), desempenhou funções directivas na Cruzada das Mulheres Portuguesas e presidiu à sua Comissão Hospitalar.

⁵³ A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*

⁵⁴ *Idem, ibidem.*

⁵⁵ Maria José Magalhães, "Dez anos da APEM: percorrer as vozes, significar os percursos", *ex-aequo*, n.º 5, Novembro de 2001, pp. 27.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 29.

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 29.

⁵⁸ Vanda Gorrão, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p. 24, nota 5.

- ⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 22.
- ⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 23.
- ⁶¹ De António Ferreira de Sousa, v. "A Voz das Criadas" [boletim mensal da Obra de Previdência e Formação das Criadas], *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 4, 2000, pp. 55-69 e o texto "Leitura e Lazer: a perspectiva católica nos anos '30" [policopiado], apresentado no âmbito das Comemorações do Dia Mundial do Livro e da Leitura na Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian de Ponte de Sor, no dia 23 de Abril de 2002. Encontra-se a elaborar a dissertação de mestrado sobre "A Obra de Protecção às Raparigas – um exemplo de associativismo católico (1928-1969)" sob a orientação da Prof.ª Doutora Anne Cova.
- ⁶² Maria Reynolds de Souza, "As Primeiras Deputadas Portuguesas", *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Visão Histórica e Perspectivas Actuais, Colóquio, Actas*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1986, pp. 427-449.
- ⁶³ Entrevista de Ilda Soares de Abreu e Maria Teresa Santos, "Cesina Bermudes, um caso de interesse prático pela condição feminina", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 5, 2001, pp. 195-200.
- ⁶⁴ "(Auto)-Retrato: Etelvina Lopes de Almeida", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 5, 2001, pp. 209-216.
- ⁶⁵ Entrevista de Elisabeth Évora Nunes e Maria do Céu Borrêcho a "Maria Emília Cordeiro Ferreira", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 7, 2002, pp. 175-179.
- ⁶⁶ "(Auto)-Retrato: Ruth Arons", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 6, 2001, pp. 179-185.
- ⁶⁷ "Novas sócias", *Alma Feminina*, n.º 14, Novembro de 1945, p. 10, col. 2.
- ⁶⁸ "Comissão de Propaganda e Organização de Coimbra", *Alma Feminina*, Ano XXIX, n.º 15, Maio de 1946, p. 2.
- ⁶⁹ Maria Helena Villas-Boas e Alvim, "Ser mulher ontem e hoje; e amanhã? – A Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, Lisboa, Edições Colibri, n.º 3, 2000, pp. 137-146.
- ⁷⁰ Virgínia Ferreira, "Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – Breve apresentação", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, Lisboa, Edições Colibri, n.º 4, 2000, pp. 125-128.
- ⁷¹ Elina Morais Neves, "Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento (APCD)", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, Lisboa, Edições Colibri, n.º 8, 2002, pp. 107-118.
- ⁷² Publicada desde o primeiro número, a secção tem sido, para já, confinada às freguesias de Lisboa, prevendo-se o alargamento a outras terras do país.
- ⁷³ Ema Batista e Maria do Céu Borrêcho, "Lisboa: toponímia no feminino", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, Lisboa, Edições Colibri, n.º 1-2, 1999, p. 253.
- ⁷⁴ *Idem, ibidem*.
- ⁷⁵ De Ivone Leal, v. *Fontes portuguesas para a História das Mulheres* (coordenação), Lisboa, 1984; "Os papéis tradicionais femininos: continuidade e rupturas de meados do séc. XIX a meados do séc. XX", *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, vol. II, pp. 353-367; *Um Século de Periódicos Femininos*, Lisboa, CIDM, 1992; "A Igreja e as Mulheres em Portugal (Séc. XII-Séc. XX)", *Reflexão Cristã*, n.º 9-10, pp. 54-67; e *Cristina de Pisano e Todo o Universo de Mulheres*, Lisboa, CIDM, 1999.

⁷⁶ Ivone Leal, "As mulheres, senhoras e escravas do quotidiano doméstico – A memória do vivido de 1930 a 1990", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 4, 2000, p. 41.

⁷⁷ Anne Cova, "Uma História das Mulheres", *Boletim da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 6, Junho de 1996, p. 7, col. 1.

⁷⁸ Mas sem partilhar do critério, igualmente sexista, de Maria Antónia Fiadeiro de «uma história de mulheres feita por mulheres», mesmo quando no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres, como contraponto ao trabalho redutor da historiografia existente. Cf. Maria Antónia Fiadeiro, "O Projecto: Motivos e Objectivos", *Mulheres Século xx. 101 Livros*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, p. 19. Da mesma forma, é de todo descabida a interrogação de Manuela Barbas de «Quando descobrirão/conquistarão os nossos investigadores do sexo masculino o 'novo' objecto de estudo?», enunciada na recensão à obra *Estudos sobre as Mulheres*, publicada pela Universidade Aberta [*Penélope*, n.º 21, 1999, p. 193], não só pelos exemplos que a contradizem e porque é perfeitamente irrelevante a natureza de quem investiga, devendo-se antes centrar as preocupações na pertinência e nos méritos científicos da investigação, qualquer que ela seja.

⁷⁹ Para além das coordenadoras, Anne Cova, do CEMRI – Universidade Aberta, e Gisela Bock, da Universidade Livre de Berlim, o Curso teve a participação de Françoise Thébaud, da Universidade de Avignon, de Michelle Zancarini-Fournel, da Universidade Paris VIII, de Michela de Giorgio, da Universidade de Sassari, de Mary Nash, da Universidade de Barcelona, de Efi Avdela, da Universidade de Atenas, e de Irene Vaquinhas, da Universidade de Coimbra. Intervieram na mesa redonda ocorrida no último dia do evento e subordinada à realidade portuguesa de finais do século XIX e todo o século XX: Amélia Campos, Irene Pimentel, Isabel Liberato, Manuela Barbas, Manuela Tavares, Maria Antónia Fiadeiro, Teresa Pinto e Virgínia Baptista.

⁸⁰ O *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva e Brito Abranches, apesar do tempo decorrido, continua a ser de consulta imprescindível por conter informações únicas acerca da colaboração feminina nos periódicos do século XIX e princípios do XX, sobretudo quando estão em causa publicações locais e números únicos. A prova da sua intemporalidade está patente no facto de todos os dicionários subsequentes recorrerem amiudadamente, quando não textualmente, ao seu conteúdo. Também o *Dicionário Universal de Literatura (Bio-Bibliográfico e Cronológico)*, de Henrique Perdigão [Porto, Edições Lopes da Silva, 1940, 2.ª ed.], merece vistoria, nomeadamente quanto ao perfil de escritoras com intervenção nos primórdios do feminismo português.

⁸¹ Em colaboração com Mário Gonçalves Viana publicou, em 1967, o *Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis*. Posteriormente, em 1981, a obra foi reeditada com o título de *Dicionário de Mulheres Célebres*, constando somente o nome de Américo Lopes de Oliveira; e, em 1983, publicou *Escritoras Brasileiras, Galegas e Portuguesas*. Sem lhes retirar quaisquer méritos, parte das biografadas encontram-se despojadas da intervenção associativa, feminista ou política.

⁸² Ana Barradas, *Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes*, Lisboa, Edições Antígona, 1998.

⁸³ Zília Osório de Castro, "Dicionário no Feminino: As 'Peças' de um Puzzle", *Mulheres Século xx. 101 Livros*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, p. 57.

⁸⁴ Luiza Paiva Boléo, "Textos que em nós se fazem", *Mulheres Século xx. 101 Livros*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, p. 84.